

A MEDIAÇÃO DE CONFLITOS NA EDUCAÇÃO INFANTIL ENTRE CRIANÇAS DE 2 e 3 ANOS DE IDADE

CONFLICT MEDIATION IN CHILD EDUCATION AMONG CHILDREN OF 2 AND 3 YEARS OF AGE

Rayssa Geovanna Nogueira 1

Mariany Almeida Montino 2

Resumo: A presente pesquisa tem como tema “A mediação de conflitos na educação infantil entre crianças de 2 e 3 anos de idade”. Foi realizada em uma escola privada, no município de Palmas-TO. Visou compreender como interagem as crianças de dois e três anos de idade, qual a natureza dos conflitos que surgem entre elas, como reagem a essas situações e quais são as intervenções realizadas pelos educadores em ambiente escolar. A pesquisa classifica-se como qualitativa de cunho descritivo. A amostra da pesquisa compreende um total de 17 pessoas, sendo duas professoras e quinze crianças. O método de coleta de dados foram a observação participante e entrevista semiestruturada. Após aprovação do Comitê de Ética em pesquisa com seres humanos, os dados foram coletados e registrados em diários de campo, e em seguida, analisados. Assim, os dados dessa pesquisa permitiram a elaboração desse estudo que teve como referencial teórico Piaget, Vigotsky, documentos legais e autores contemporâneos. A escola se faz um espaço privilegiado de relações, capaz de proporcionar oportunidades permanentes de convivência na diversidade, ajudando as crianças a ampliarem suas capacidades de dialogar, conhecer os diferentes pontos de vista, valorizar e respeitar os modos de ser e estar no mundo.

Palavras-chave: Mediação de Conflitos; Educação Infantil; Formação de professores;

Abstract: This research has as its theme “The conflict mediation in early childhood education between 2 and 3 year old children” It was carried out in a private school, in the municipality of Palmas-TO. It aimed to understand how the children of two and three years old interact, what is the nature of the conflicts that arise between them, how they react to these situations and what are the interventions carried out by educators in a school environment. The research is classified as qualitative and descriptive. The research sample comprises a total of 17 people, two teachers and fifteen children. The method of data collection was participant observation and semi-structured interview. After approval by the Ethics Committee in research with human beings, data were collected and recorded in field diaries and then analyzed. Thus, the data of this research allowed the elaboration of this study that had Piaget, Vigotsky, legal documents and contemporary authors as a theoretical reference. The school becomes a privileged space for relationships capable of providing permanent opportunities for coexistence in diversity, helping children to expand their capacities to dialogue, to know the different points of view, to value and respect the ways of being and being in the world.

Keywords: Conflict Mediation; Child education; Teacher training;

1- Graduanda em Pedagogia da Faculdade ITOP. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7532802183802326> ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-1532-6006> E-mail: rayssanogueira96@gmail.com

2- Doutora e mestre em Educação pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Professora da Faculdade ITOP. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3117524559575296>. ORCID <https://orcid.org/0000-0002-8277-0644> E-mail: mariany.am@unitins.br

Introdução

A escola se faz um espaço privilegiado de relações, capaz de proporcionar oportunidades permanentes de convivência na diversidade, ajudando o sujeito a ampliar sua capacidade de dialogar, conhecer os diferentes pontos de vista, valorizar e respeitar os modos de ser e estar no mundo. Certamente, esse movimento na diversidade provoca conflitos de diferentes dimensões. Assim, o projeto teve por finalidade realizar uma análise sobre a mediação de conflitos no âmbito escolar, no que tange aos conflitos entre crianças entre dois e três anos de idade na educação infantil, buscando identificar, numa perspectiva histórico-cultural, quais as principais causas de conflitos nessa faixa etária, como as crianças agem e reagem nas situações de conflito, como o conflito é visto pelas professoras e quais as formas de intervenção observadas nessas situações.

Situações de conflitos são comuns no dia a dia escolar, situações essas envolvendo de crianças e professores(as). Os conflitos são por muitos considerados como antinatural, uma vez que, as desavenças, brigas e a falta de harmonia não condizem com o ambiente escolar. Contudo, existem estudiosos que afirmam o conflito como capaz de uma forma de aprendizagem para as crianças, intrínseco à natureza humana. Chrispino (2002, p.16), define:

Conflito é toda opinião divergente ou maneira diferente de ver ou interpretar algum acontecimento. A partir disso, todos os que vivemos em sociedade temos a experiência do conflito. Desde os conflitos próprios da infância, passamos pelos conflitos pessoais da adolescência e, hoje, visitados pela maturidade, continuamos a conviver com o conflito intrapessoal (ir/não ir, fazer/não fazer, falar/não falar, comprar/não comprar, vender/não vender, casar/não casar etc.) ou interpessoal, sobre o qual nos deteremos. São exemplos de conflito interpessoal: a briga de vizinhos, a separação familiar, a guerra e o desentendimento entre alunos.

Para Vinha (2000, p.152) “o conflito está sempre presente, o que obriga o educador a trabalhar, a cada momento, com todas as turbulências do dia a dia, localizando as formas através das quais elas se compõem em relação aos limites e as coerções da instituição.” Entre os estudiosos que contribuem com suas definições de conflito, Chrispino e Santos (2011, p.65) apresentam em conjunto a definição:

Se a teoria sobre a mediação ilumina, a prática a consagra, podemos dizer que a parte mais teórica se refere à definição, ao surgimento ao desenvolvimento do conflito. Este ponto deve ser estudado como fenômeno inerente à vida humana, que pode redundar em resultados positivos ou negativos, de acordo com a maneira como é conduzido. Os aspectos práticos dizem respeito mais à capacidade de dominar técnicas que auxiliem a entender quando uma situação de conflito se instala e que alternativa de negociação ou mediação é possível.

Ressaltada algumas definições e noções de conflito, seguiremos ao foco do projeto na Educação Infantil que possibilitará entrar na temática da mediação de conflitos.

Em 1996, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN – Lei nº 9.394)

incluiu a educação infantil como a primeira etapa da educação básica, dividindo a em dois níveis: creche (crianças de 0 a 3 anos) e pré-escola (crianças de 4 a 5 anos), configurando um período de transição, ampliação de vínculos, possibilidade de criação de recursos e conhecimentos para lidar com novas experiências e situações, e integração com o grupo de aprendizagem comum promovendo a socialização dos pequenos. Essa etapa possibilita o convívio com segurança em um ambiente social, permitindo que exponham pensamentos, sentimentos e ideias, bem como, aprendam a ouvir os demais para que conjuntamente criem regras e combinados que possibilitará a resolução, mediação dos conflitos. É comum que os mais novos e/ou mais imperativos sejam mais exigentes quanto à satisfação imediata de seus desejos a um brinquedo ou a uma brincadeira ou interação em que se utilizem de ações tais como tomar um brinquedo, empurrar o colega, chutar, morder e bater para conseguirem o que querem.

A temática mediação de conflitos entre as crianças na educação infantil se apresenta como um desafio nas práticas pedagógicas visto que os fazeres docentes englobam aprender a lidar com esses conflitos cotidianos envolvendo a mobilização de um conjunto de saberes profissionais que, muitas vezes, sequer são valorizados como aprendizagens importantes da profissão, seja entre os próprios professores (as) de educação infantil como pelos pesquisadores de campo. Assim, é imprescindível socializar os conhecimentos produzidos em suas práticas cotidianas de docência permitindo o reconhecimento como produtores de saberes.

Mas afinal como caracterizar um conflito? Podemos dizer que conflito surge quando há necessidade de escolha em algumas situações consideradas incompatíveis, que perturbam a tomada de decisão, sendo assim, ocorre quando há um assunto de comum interesse entre duas ou mais pessoas, que venham a ter opiniões divergentes e que não conseguem lidar com as diferentes opiniões apresentadas, vindo a gerar uma situação necessária de intervenção, podendo ter efeitos tanto negativos como positivos, mas em todos os casos e circunstâncias, servirá como de reflexão sobre as próprias atitudes e as ações do outro.

A mediação de conflitos existe como atividade humana desde os primórdios da vida em sociedade, porém atualmente apresenta-se como um fenômeno sem fronteiras que vem firmando-se como modo de regulação da conduta humana, portanto, como prática social.

Como uma contribuição da área judicial para os contextos escolares, a mediação é uma forma de solução de conflitos na qual uma terceira pessoa, promove, de forma imparcial, o diálogo entre as partes afetadas, possibilitando novos olhares e reflexões acerca do ocorrido e buscando soluções plausíveis para o problema, sendo definida, de acordo com a declaração por uma cultura de paz da Unesco, como um método pacífico de solução de conflitos, e essencialmente um instrumento de desenvolvimento e promoção da cultura de paz (UNESCO, 1999)¹.

Assim sendo, é uma forma de mediação em que o professor exercerá o papel de mediador, ajudará as crianças a se comunicarem melhor, a negociarem e, se possível, chegar a um acordo para que consigam refletir seu comportamento e atos, aprendendo a lidar com os conflitos no agora e futuramente.

É imprescindível alavancar a consciência permanente dos valores da não-violência social, o que entendemos por cultura de paz. Rejeitar a violência de qualquer tipo seja, física, sexual, étnica, psicológica, de classe, das palavras e das ações, é a base da cultura da paz. Assim, não apenas a violência criminalizada, como também a considerada naturalizada e ao mesmo tempo não reconhecida pelos cidadãos como parte do processo e da punição.

A realização do presente projeto se justificou, portanto, pela necessidade de aprofundar o conhecimento sobre a temática de mediação de conflitos na educação infantil, notados no decorrer do estágio em escola de iniciativa privada, realizados pela própria pesquisadora. Os profissionais docentes são solicitados cotidianamente para ações pedagógicas que

¹ https://juridica.mppr.mp.br/arquivos/File/MPRestaurativoEACulturadePaz/Material_de_Apoio/Cultura_de_Paz_da_Acao_a_Reflexao.pdf

visam mediar os conflitos vividos, buscando variadas estratégias que possam desencadear negociações, incentivando o desenvolvimento saudável e integral de cada criança envolvida, permitindo que construam sua moralidade, aprendam a conviver e assimilar os diferentes valores culturais e costumes, proporcionando respeito às regras e uma boa convivência, contribuindo para a organização social do grupo e o fortalecimento dos vínculos de amizade.

Ao contrário do senso comum, o conflito não deve ser observado e definido unicamente como um comportamento negativo, uma vez que podem ser positivos ao colaborarem com a dinâmica socioafetiva do grupo enriquecendo a interação, respondendo e percebendo a aprovação ou reprovação de seus atos, de forma que iniciem a compreensão de suas ações. Como assevera Oliveira (2011, p.139):

A experiência de conhecer crianças pequenas é muito interessante. Elas demonstram agir com inteligência e chamam nossa atenção para coisas que fazem, pelas perguntas que nos trazem. Desde seu nascimento, o bebê é confrontado não apenas com características físicas de seu meio, mas também com o mundo de construções materiais e não materiais elaboradas pelas gerações precedentes, das quais, de início, ele não tem consciência. Essas construções comportam dimensões objetivas (formas de organização social, de atividade ou trabalho, ferramentas ou obras) e dimensões representativas, codificadas especialmente pelas palavras das línguas naturais, plenas de significações e de valores contextualizados.

Os professores da educação infantil vivenciam importante momento histórico relacionado à construção de sua identidade profissional, evidenciando a necessidade de formação continuada e de reflexão sobre a prática pedagógica para uma atuação coletiva de pesquisa e reflexão com seus colegas, mantendo uma postura de organizador, mediador e elaborador de materiais, atividades, bem como, ambientes que permitirão às crianças participarem e construir ações sobre formas de pensamentos e objetos, confronto de ideias e opiniões desenvolvendo as necessidades e desejos individuais. É imprescindível que o educador da educação infantil tenha sensibilidade para as linguagens das crianças, estimulando a autonomia, pois a construção de significações, a gênese do pensamento e a constituição de si mesmo como sujeito ocorrem através das interações constituídas no convívio com outras pessoas em práticas sociais e a capacidade de estabelecer vínculos por meio de diferentes canais expressivos e linguísticos.

Esclarecendo que a instituição de educação infantil deve ser um projeto coletivo e comunitário por possuir diversidade de profissionais que cuidam, educam e interagem com as crianças. Todos os adultos que participam da escola são considerados educadores pois mesmo quando estão executando suas funções específicas de administração e apoio, proporcionam ensinamentos às crianças quanto ao respeito às suas tarefas profissionais e o cuidado com os outros.

Metodologia

Trata-se de uma pesquisa básica de natureza qualitativa e cunho descritivo. Os dados foram coletados através de observação participante das crianças de dois e três anos durante as atividades de sala de aula e nos espaços externos, como pátio, parque, refeitório, em tempos de rotina das crianças, como higiene, alimentação, brincadeiras, enfim. As observações foram feitas durante o período de trabalho regular da pesquisadora, que atua com essa turma de crianças como auxiliar em estágio remunerado, em uma escola de educação infantil, do setor privado. Durante as observações foram registrados em diário de campo, a frequência

de conflitos que ocorrem entre crianças dessa faixa etária, a natureza ou tipo de conflitos e a que estão associados, as ações e reações das crianças envolvidas, bem como as intervenções realizadas pela professora na sala de aula, ou por demais funcionários da escola, quando se tratar de outros espaços dentro da escola.

A observação participante, segundo Marconi e Lakatos (1991), consiste na participação real do pesquisador com a comunidade ou grupo a ser pesquisado. Nesse tipo de observação o pesquisador se incorpora ao grupo, ao ponto de confundir-se com ele. Segundo elas, a observação participante pode ser considerada “natural”, quando o observador pertence à mesma comunidade ou grupo que se dispõe investigar, ou “artificial”, quando o pesquisador se insere no grupo por tempo determinado a fim de ganhar a confiança dos pesquisados.

Além da observação participante, foi realizada entrevista semiestruturada com as professoras da turma, com a intenção de descobrir em sua fala, como elas percebem os conflitos que surgem entre as crianças, se há uma percepção no sentido de que há situações que necessitam de intervenções e mediações pontuais ou se no geral, os conflitos desta idade têm sido vistos de forma minimizada, como simplesmente “coisas de crianças”. Em ambos os casos, seja qual for a representação da professora acerca da natureza desses conflitos, procurou-se analisar nas falas das professoras, as intervenções que elas consideram pertinentes para as diferentes situações de conflitos entre as crianças.

E ainda, foi realizada uma revisão bibliográfica sobre o tema, a fim de proceder às análises dos dados coletados, sob a influência dos estudos e das contribuições de diferentes autores.

Como método de análise de dados foram utilizadas as contribuições da análise de conteúdo, por se aproximar da natureza da pesquisa qualitativa, que consiste num conjunto de técnicas de análise das comunicações, no caso, aquelas pesquisadas a partir da entrevista com a professora e dos registros de observação das crianças. A análise de conteúdo visou, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo desses registros, obter indicadores qualitativos e quantitativos, que permitiram a inferência de conhecimentos relativos a esses registros, de falas e situações. Os dados foram organizados em tabelas e gráficos, a partir de categorias e indicadores, para análise sob a luz dos referenciais teóricos.

Resultados e Discussão

Nessa etapa apresenta-se os dados coletados por meio de observações realizadas a partir da interação das crianças em diferentes espaços da escola, tendo o foco nas situações de ocorrência de conflitos e nas práticas de intervenção das professoras. Ao todo foram coletados 23 registros de situações de conflitos, entretanto aqui serão apresentados apenas 3 deles, na intenção de tornar o texto menos extenso. Em seguida, são apresentados os resultados das entrevistas realizadas com as professoras do nível II A e B (Pré II). É importante lembrar que, por motivos éticos de privacidade e proteção das profissionais e crianças, todos os nomes utilizados aqui são de caráter fictício.

Primeira Observação

Estava tudo tranquilo até que João tentou tirar o carrinho (polícia) de Gabriel, e começou a disputa, os dois puxavam o brinquedo com muita força, até que João mordeu o braço de Gabriel e o mesmo começou a chorar. A Professora até então observando a disputa, se aproxima o mais rápido possível mesmo assim não dando tempo de impedir que João morderesse o colega. Ela falou que não gostou da atitude de João, e o questionou se ele gostaria que o colega o morderesse. Ele balançou a cabeça fazendo sinal que não. A professora então diz que quem morde é cachorrinho, ele não pode ficar mordendo os amigos porque isso é muito feio, em seguida pega o carrinho e coloca em cima do armário, dizendo que tinha terminado a brincadeira já que eles não estavam sabendo brincar, aproveitando para encerrar a recreação e dar início as atividades. (Diário de campo, 27/11/2019).

Análise - Observado que Gabriel e João não tiveram a oportunidade de expor suas necessidades e de se ouvirem, sendo efetivado uma reação abrupta, de forma que não houve intervenção adequada, é importante lembrar que a expressão é um ponto importante na mediação do conflito, onde ambos os lados possuem a chance de se expressar, contar o porquê de suas ações, o que sentiram, de que forma aquilo poderia ter sido a solução na perspectiva deles, uma vez que, é importante o mediador ter em mente que o conflito não é dele, ele está fazendo a mediação, a expressão dos sentimentos, a liberdade da fala é que o vai conduzir a uma boa solução ou ao silenciamento do ocorrido. Observando a reação da professora, ela diminui a situação optando em colocar um fim e não dialogar sobre o que ocorreu abrindo chance para ambos os lados se manifestarem, guiando-os para a verbalização dos sentimentos, aprenderem que o diálogo é importante e necessário, guiando-os para conseguirem lidar com suas capacidades destrutivas, transformando-a em atividade construtiva.

Segunda Observação

Estava tudo tranquilo até que Gabriela derruba a construção de copos feitos por Elena, e começou a briga, Elena muito brava por ter sua construção destruída levanta e empurra Gabriela com muita força, Gabriela cai no chão e rapidamente levanta e puxa o cabelo de Elena a jogando no chão, Elena começa a chorar e rapidamente a professora intervém separando e perguntando:

Professora: Por que você fez isso com a Elena, Gabriela?

Gabriela: Porque ela me empurrou

Professora: E por que ela te empurrou?

Gabriela: Porque eu destruí a construção dela

Professora: E por que você destruiu a construção dela?

Professora: Vai lá, ajuda ela a levantar, pede desculpas e dá um abraço nela. Eu não quero mais saber da Gabriela puxando o cabelo de ninguém e nem da Elena empurrando os amigos. Gabriela sentou-se longe de Elena e ambas seguiram brincando separadas. (Diário de campo, 29/11/2019).

Análise - A professora inicia a intervenção de maneira adequada, porém interrompe antes da explicação dos fatos dando uma solução imediata sem auxiliar o aprendizado das envolvidas para que novas ocorrências sejam evitadas, é preciso lembrar que o conflito não é próprio, a mediação é justamente a construção do autogerenciamento dos próprios conflitos, dessa forma a solução deve ser guiada, mas não entregue de imediato, Elena não teve a oportunidade de expressar o porquê de ter empurrado. Gabriela também poderia ter tido a chance de expressar o porquê derrubou a construção da colega. Esse silenciamento, ausência da argumentação, falta de expressão da criança é o caminho oposto ao que a mediação propõe.

Terceira Observação

Durante atividade de psicomotricidade, as crianças corriam livremente pela quadra, brincando de pega-pega, de repente Bruna vem chorando até a professora dizendo que Lucas tinha a empurrado, a professora o colocou para sentar no banco e ficar fora da brincadeira porque tinha machucado a colega. Fui até Lucas e perguntei o motivo de ele ter empurrado a amiga se eles estavam brincando juntos, Lucas me contou que não empurrou, na verdade ele havia pego ela e ela começou a chorar. Bruna, discorda do amigo e diz que ele a empurrou sim,

Eu: A amiga disse que você a empurrou e agora?

Lucas: Eu não empurrei, pode ser porque eu sou muito forte e machuquei ela, foi só um acidente, tia.

Lucas então olha pra mim e vai até a amiga que estava chorando.

Lucas: Eu não queria machucar você, foi sem querer, desculpa.

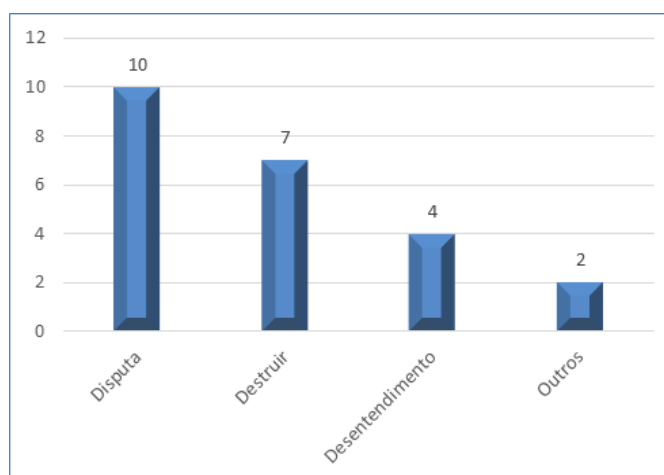
Em seguida ele a abraça e a chama pra brincar de novo dizendo que vai tomar cuidado

na hora de pegar, Bruna aceita as desculpas, para de chorar e sai correndo junto com Lucas retornando à brincadeira. (Diário de campo, 02/12/2019).

Análise - Neste caso a intervenção acabou não sendo necessária porque o envolvido por si só compreendeu o que tinha feito, ainda que como exposto sem querer, e foi se desculpar com a amiga já ciente da necessidade do cuidado. A oportunidade de fala dos lados proporcionada aqui, segue os trilhos do que a mediação propõe, os alunos não se perdem em uma explicação vaga para a professora, eles trazem a explicação e exposição um para o outro, deixando a professora apenas como ouvinte, Lucas se preocupa em esclarecer que a colega teve um entendimento errado dos fatos, Bruna tem a chance de expressar como acredita ter ocorrido e ambos chegam a uma reparação juntos, houve a exposição dos fatos e a expressão dos pensamentos.

A partir das observações, os dados coletados foram divididos em 5 categorias e organizados em gráficos, a saber: 1. Motivos do Conflito; 2. Ação desenvolvida; 3. Reação; 4. Intervenção; e 5. Resolução. Para identificar os autores nas situações de conflito, trataremos aqui como Participante Disparador do Conflito (PDC) a criança que realiza alguma ação disparadora, que inicia o conflito, e Participante Receptor do Conflito (PRC), a criança que é diretamente afetada pela ação disparadora.

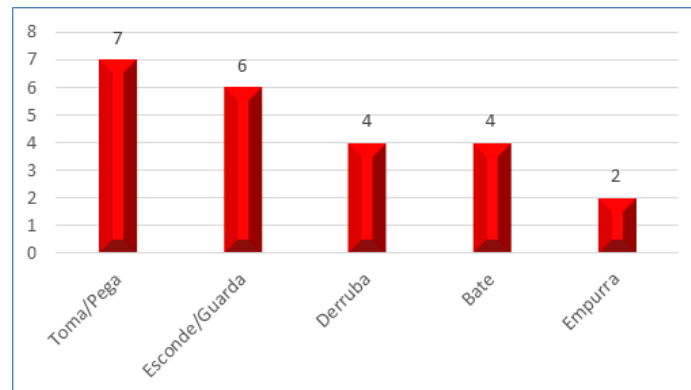
Gráfico 1 – Motivos do Conflito



Fonte: Arquivo da pesquisadora

O gráfico 1 recebe esse nome por representar o que ocasiona o conflito, sendo subdividido em quantidade de frequências. Assim, das 23 observações de geração de conflito, dez foram ocasionadas por “disputa” (objetos, livros) quando tal objeto de interesse do participante disparador do conflito (PDC) se encontra na posse do participante receptor do conflito (PRC); sete foram causadas por “destruir”, desmontar a brincadeira do colega, derrubar as construções, bagunçar, quando, por exemplo, PDC derruba construções de copos ou tijolinhos empilhados feitas por PRC; Quatro das ocorrências causadas por desentendimento gerais, como quando PDC provoca o conflito sem intenção, como em brincadeiras agressivas ou abruptas, esbarrar ou empurrar sem querer, por estar correndo e ainda não ter bem definida sua orientação espacial e corporal; e dois motivos classificados em “outros” por serem ocasionadas por situações não recorrentes que aconteceram poucas vezes, como algum conflito de norma, regras da escola que possuem uma interpretação diferente para a criança, como exemplo, o “não correr” aplicado para a sala de aula onde por vezes a criança pode acabar entendendo como não correr em lugar nenhum se não for bem explicado para ela. Segundo Telma Vinha (1999), estudiosa da moralidade infantil, nessa fase as disputas estão relacionadas aos interesses para a satisfação própria, as crianças não conseguem se colocar no lugar do outro e essa é a maneira pela qual elas se manifestam, impulsivamente, procurando solucionar os impasses corporalmente.

Gráfico 2- Ação Desenvolvida

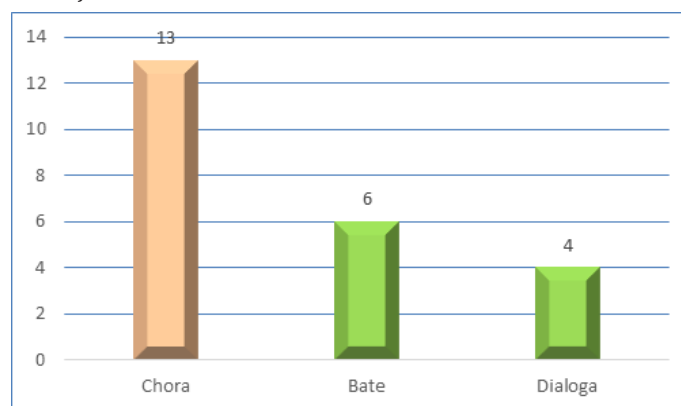


Fonte: Arquivo da pesquisadora

Ação desenvolvida é a ação disparadora do conflito, que se refere ao que ocasiona o início do conflito entre os participantes, ações de PDC, subdividido em situações de maior ocorrência para as menos frequentes. Assim, entre as 23 observações de ocorrência de conflitos entre as crianças de dois a três anos, sete foram ações de “tomar/pegar”, quando PDC pega objetos, materiais, livros que estavam inicialmente com PRC; Seis ações se referem ao “esconde/guarda”, quando as crianças escondem o objeto atrás de si mesmo, guardam na mochila ou encontram um lugar para escondê-lo; Quatro ações foram por classificadas como “derruba”, referente ao ato de PDC destruir as construções feitas por PRC com peças de madeira, bobs, canos, copos, etc; Quatro ações classificadas como “bate”, quando PDC exerce a força e agride PRC fisicamente, com tapas ou chutes; e duas ações “empurra”.

Conforme mencionado anteriormente, é comum para as crianças nessa fase tentarem resolver as coisas corporalmente, seguindo a linha de estudo de Piaget (1976) quanto à moralidade infantil as crianças nessa idade se encontram na fase da anomia, assim o desenvolvimento do pensamento moral da perspectiva do outro ainda não foi desenvolvida, o que é passível de observação nos dados apresentados na ação desenvolvida que é o tomar ou pegar o objeto. Essa é a fase, ainda segundo estudos de Piaget (1976), em sua teoria do desenvolvimento cognitivo, definida como a do egocentrismo, onde a criança se guia principalmente pela sua intuição, as ideias e processos mentais são muito subjetivos, o pensamento da criança é unidimensional e estático. E esse pensamento unidimensional somente tem em conta um único aspecto de uma coisa ou situação, ignorando todos os demais.

Gráfico 3 – Reação

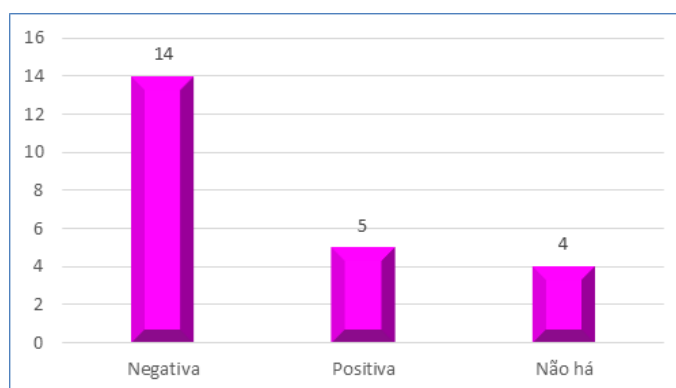


Fonte: Arquivo da pesquisadora

Reação é a atitude da criança PRC diante da ação desenvolvida por PDC, novamente subdivida em situações de maior ocorrência para as de menos frequência. Dentre as 23 observações, treze crianças participantes tiveram como reação o “chora”; Seis delas tiveram o “bate”, revidando a agressão sofrida fisicamente; e quatro tiveram como reação o “dialoga”, quando as crianças tentam conversar para buscar uma solução por meio da conversa.

Portanto, durante a observação, a reação mais comum dos participantes receptores do conflito foi o choro que, segundo Telma Vinha (2015), é uma das principais formas de comunicação das crianças nessa fase. A autora diz que apesar de as crianças já entenderem o que ouvem, elas ainda não conseguem dizer o que pensam, ainda não conseguem lidar com desavenças nem se autorregular. Por isso, ajuda-los a entender, descrever objetivamente o que eles demonstram querer é uma importante prática nessa fase da criança.

Gráfico 4 – Intervenção



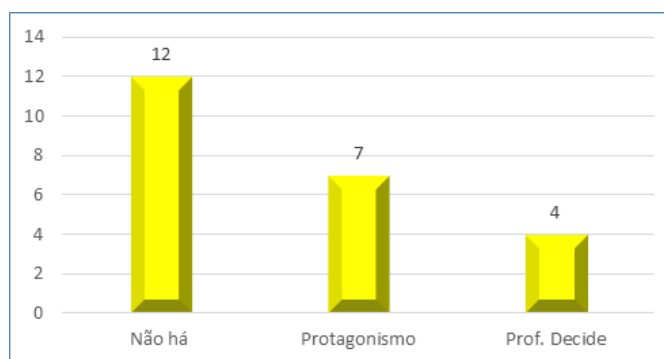
Fonte: Arquivo da pesquisadora

O gráfico 4, identificado como “Intervenção” remete ao envolvimento de um mediador diante do conflito, no caso, as professoras da turma. Assim, dentre as 23 observações sobre a intervenção realizada nas situações de conflito observadas entre as crianças, catorze foram consideradas como “negativas”, quando se observa que o exercício da mediação não foi realizado, os participantes foram silenciados e não tiveram oportunidade de falarem sobre o ocorrido, sobre o que sentiram ao iniciar ou receber a ação de conflito, como sentimento de raiva, medo ou tristeza; o conflito não foi resolvido ou a situação real foi deixada de lado; Cinco entre os casos foram consideradas intervenções “positivas”, quando o conflito foi mediado no sentido de proporcionar às crianças envolvidas a reflexão sobre o ocorrido, a oportunidade de falarem como se sentiram e pensarem sobre como poderiam ter resolvido o conflito de outra forma; Quatro das intervenções nas situações de conflitos foram consideradas “não há”, quando não foi necessário o envolvimento de um mediador, e as partes guiaram o conflito até a solução de forma positiva e autônoma.

Considerar-se o maior número de intervenções como negativas é preocupante, mas obviamente não estamos criticando a ação individualizada das professoras, uma vez que as mesmas não recebem formação inicial ou continuada suficiente para reconhecer e saber intervir de forma adequada e produtiva nas situações de conflito entre as crianças. Nas intervenções consideradas negativas, não há possibilidade para a reflexão, não há espaço para que as crianças conversem sobre os sentimentos que tiveram diante as ações, não há a chamada para pensar de que forma a ação poderia ter tomado rumos diferentes, a regra de convivência do “pedido de desculpas” é muito colocado como resolução do problema, o problema não é tratado e tem por meio a solução imediata, o pedido de desculpas. É importante salientar que muitas vezes essas situações onde o professor favorece um cenário de criança mais obediente e não mais independente e autônoma carrega com si o despreparo dos profissionais para

lidar com situações de conflitos, sem esse preparo na formação é comum trabalharem focados no senso comum e desconhecerem as atitudes ou ações mais adequadas para lidar com os conflitos.

Gráfico 5 – Resolução



Fonte: Arquivo da pesquisadora

O gráfico “Resolução” demonstra como se dão as resoluções das situações de conflitos observadas. Dentre as 23 observações de resolução, doze delas são consideradas como “não há”, são situações onde o conflito foi guiado/tratado de modo inadequado, ficando sem uma solução, foi deixado de lado ou não houve uma real tentativa de resolver o conflito, é importante frisar ainda que por vezes a ausência da intervenção é gerada por insegurança, pelo não saber quais são as condutas mais adequadas para lidar com a situação; Sete delas são consideradas “protagonismo”, pois refere-se às situações que foram resolvidas pelas partes envolvidas no conflito, sem necessidade de intervenção ou que tiveram intervenção mínima que guiaram as partes até a solução; e quatro das formas de resolução são “professora decide”, nos casos em que a professora procura encerrar o conflito da forma que considera mais conveniente ou mais necessária, e decide, sem a participação das crianças envolvidas, um desfecho para a ocorrência. Entretanto, diante situações que envolvem conflitos de valores é preciso emitir juízos sobre o que valoriza, e ainda apresentar as razões do porque esta ou aquela opção foi escolhida como adequada. “Algumas pessoas emitem juízos presos a regras de condutas tradicionais e externas; outras por sua vez, seguem uma consciência ou princípios internos. (LUKJANENKO, 1995, p.24). Está é uma explicação que pode ser anexada aos cursos de formação raramente proporcionarem reflexão sobre questões sociais e éticas, o que não permite a preparação do profissional para intervir com segurança e tranquilidade. Conforme sugerido por Muller e Alencar (2012, p.457), “Se conteúdos relativos à moralidade humana não são incluídos nos cursos de formação de professores, é bem provável que eles ensinem da forma como aprenderam (...) em casa, com seus pais, na escola, com seus professores, no trabalho, com seus colegas e com seus alunos; entre outras situações”. E ainda conforme Lima (2010), o trabalho pedagógico das educadoras fica alicerçado no senso comum e não numa teoria ou estudo científico sério e consistente.

Na categoria “Resolução” a maior frequência é apresentada como “não há”, ou seja, os conflitos entre as crianças dessa faixa etária, são minimizados e não vistos como oportunidade de aprendizado sobre o relacionar-se. Segundo Montino (2018, p.25):

Provocações, brincadeiras de mau gosto, agressões físicas e verbais são práticas que vão se naturalizando no ambiente escolar; porque são tratadas, quando são, de forma equivocada. Muitas vezes essas práticas são vistas pela

equipe de educadores da escola, como “coisas de criança”, às quais não se dá a devida atenção. Outras vezes são pensadas como “as crianças precisam aprender a resolver os seus problemas”. Sim, está correto, acontece que para aprender a resolver os seus problemas, a criança precisa de parâmetros, de modelos, de intervenções adequadas, a partir de procedimentos permanentes e sistemáticos de mediação e resolução de conflitos, realizados por adultos.

O que ocorre é que, conforme observado em campo, existe muito o foco em achar o culpado fazendo com que a situação não seja resolvida, o afastamento dos agentes é visto como um ponto final da situação, ou como solução imediata. Por vezes existe o “puxar” o conflito para si mesmo, acontece que com a personalização do conflito a professora retira o foco dos agentes e traz a situação para si mesma, “eu não gostei disso”; “eu fiquei chateada com sua atitude”; “eu não quero saber de você batendo”; falas comuns observadas durante a observação em campo, em geral, não há tempo para uma reflexão ou tempo para pensar sobre suas intervenções diante dos conflitos entre os alunos, a ação para evitá-los ou contê-los vem rapidamente, o que inconscientemente acaba reforçando a heteronomia de seus alunos.

Entrevistas com as Professoras

As professoras se caracterizam como as principais mediadoras na educação infantil. A fim de compreender o entendimento do conceito de mediação que abrangem as práticas pedagógicas, questionou-se as participantes sobre o que entendiam e algumas situações que vivenciam no dia a dia enquanto educadoras. Segue entrevista:

Pesquisadora: Você já ouviu falar sobre a prática de mediação de conflitos? O que você sabe sobre isso?

Professora 1: Acredito que seriam nossos acordos de convivência; seriam os diálogos, as buscas de soluções; com envolvimento de todos.

Professora 2: Sim. Mediação de conflito é um processo pacífico de resolução, em que a terceira pessoa imparcial ou independente, onde ambos facilitam o diálogo entre as partes.

Pesquisadora: Quando surgem conflitos entre as crianças, na sua turma, o que você faz?

Professora 1: A criança inicia aprendizagem pela convivência. Diz um provérbio popular: O melhor brinquedo para uma criança é outra criança. Ela passa a ter um grupo da sua idade para brincar, viver interessantes experiências e significativas trocas... Neste período também gera muito conflito, todos os dias trabalhamos o nosso acordo de convivência; cuidar do amigo, mãozinha é pra fazer carinho...Na sala de aula eu procuro conversar sempre com as crianças sobre cuidar do amigo. Mas as vezes é necessário tirar a criança do grupo; e retomar nossos acordos.

Professora 2: Mediação para entender sobre o motivo dos conflitos, intervenção para proporcionar atividades que trabalha interação em grupos.

Pesquisadora: Em quais situações do cotidiano da escola você observa que os conflitos surgem entre as crianças?

Professora 1: Dentro da sala de aula; Pela disputa dos objetos de mesmo interesse.

Professora 2: Geralmente os conflitos acontecem em atividades de interação, em jogos, na maioria das vezes as crianças apresenta dificuldade de interação quando tem que compartilhar.

Pesquisadora: O que você pensa sobre esses conflitos? Na sua visão os conflitos são positivos ou negativos?

Professora 1: Eu vejo mais pelo ponto positivo... A criança quando se envolve em conflito, ela está expressando seus desejos, necessidades, sentimentos e opiniões... Busca ajuda diante de situações, relata seus conflitos. Vivencia os acordos de convivência.

Professora 2: Positivo, é um tema a ser trabalhado, se existe conflitos é porque para a

criança conviver e compartilhar ainda não foi trabalhado, e precisa ser trabalhado, para que não venha acarretar em outros níveis. A geração de conflitos, é algo a se pensar para trabalhar sobre, nas turmas da Educação Infantil, acontece muitos conflitos, principalmente no primeiro bimestre, novo espaço, a criança começa a interagir com outras no mesmo espaço, compartilhar brinquedos.

Pesquisadora: É possível evitar que os conflitos surjam? Como?

Professora 1: Não o que podemos fazer é trabalhar nossos acordos de convivência; cotidianamente.

Professora 2: Sim. Desde que tenha sido trabalhado em sala, com atividades que envolva trabalho em equipe e interação.

Pesquisadora: Você já observou situações em que as próprias crianças procuram resolver seus conflitos? Se sim, como foi?

Professora 1: Sim, às vezes tem criança que acaba cedendo algo... Ou as vezes a outra chora e o colega acaba negociando.

Professora 2: Sim. Observar a inocência das crianças, é saber que pra eles é muito fácil resolver qualquer situação, algo acontece de imediato e pra pedir desculpas é muito rápido, e logo estão brincando e sorrindo juntos.

Pesquisadora: Você observa se são sempre as mesmas crianças que se envolvem em conflitos? Há crianças que nunca se envolvem em conflitos? O que você pensa sobre isso?

Professora 1: A maioria das vezes... Sempre é a mesma criança; acredito que vem muito de casa, a maneira como cada família resolve os conflitos.

Professora 2: Sim. Geralmente as crianças que se envolvem em conflitos, são filhos únicos, os pais relatam que quase não tinham costume de interação com outras crianças.

Pesquisadora: Você percebe se quanto mais você intervém nas situações de conflito, mais os alunos vão aprendendo a resolver os novos conflitos que surgem, sem precisar de sua ajuda? Ou não? Percebe que os mesmos conflitos se repetem sempre entre as mesmas crianças, ainda que você intervenha sempre?

Professora 1: Quanto mais trabalhamos os nossos acordos de convivência, com passar dos dias vai melhorando; O que é fundamental é a parceria entre família e escola que faz toda diferença na educação dos filhos.

Professora 2: Sim, as crianças criam mais autonomia, quando algo pra eles já foram vivenciados. Geralmente as crianças que se envolve em conflitos, são as que mais apresentam dificuldade de interação em grupos.

Análise das entrevistas

As salas de aula da educação infantil estão repletas de crianças que estão em pleno desenvolvimento, assim é comum ocorrerem situações conflituosas em sala, como disputas por posses de objetos, materiais, brinquedos ou pela atenção da professora e ainda situações conflituosas por desacordo em brincadeiras, escolhas ou falas. Assim é importante dizer que o conflito sempre existirá, à medida que as crianças vão convivendo mais e interagindo umas com as outras aumentam as divergências, o que irá fazer diferença é a maneira como os problemas são enfrentados (Vinha, 2000).

Analisando as respostas das professoras é possível notar um olhar importante sobre a mediação, uma vez que, ambas assumem o diálogo como fundamental. No entanto, é preciso ter em mente que nem sempre o professor é responsável pelas resoluções, em algumas situações as crianças poderão resolver o problema por si próprias, o professor pode criar estratégias e abrir possibilidades para isso, é preciso que a criança tenha a oportunidade de participar da elaboração de regras, que possa discutir estabelecer relações, tomar decisões e assumir pequenas responsabilidades. (Vinha, 1999). Assim, é possível perceber que há o conceito do que é a mediação porém o entendimento do que vem a ser a mediação de conflitos (o como agir) é um tanto confuso, uma vez que, o professor mediador é a característica voltada a atitude e ao comportamento do docente que ao trabalhar com a mediação pedagógica se coloca no papel de facilitador, motivador e/ou incentivador. (Menezes, 2001).

Na prática observada nota-se a necessidade da professora em intervir, mediar ou instruir as crianças quanto ao caminho a tomar. Das intervenções observadas repetidamente se voltou para o seguimento dos acordos de convivência e “soluções prontas”, as professoras acabam por mediar as situações de uma forma que o problema não volte a acontecer, salientando as regras colocadas em sala de aula para a boa convivência. Em tais situações que se faz necessário a intervenção, a professora pode explicar para ambas as partes de modo que elas sejam capazes de compreender, auxiliando-as a se expressar, incentivar o diálogo, a reflexão, propor sugestões, etc.

Da preocupação em fazer as crianças seguirem as regras, gera na criança mais a obediência do que a autonomia moral. Piaget (1976, p.42), “a ‘lição de moral’ não deve ser proscrita”, mas o ensino puramente oral do adulto não promove a auto descentração da criança, uma vez que as relações de coação entre adultos e crianças são insuficientes para retirar a criança de seu egocentrismo. Evidência disso é a frequência de conflitos resultantes dos mesmos agentes disparadores do conflito, conforme observado pelas professoras, ocasionado pelo autoritarismo, por vezes, inconsciente da professora diante a situação e a não solução do conflito “vamos parar porque não sabem dividir”, “não gostei do que você fez”, são falas muito praticadas. Colaborando para o entendimento do autoritarismo, Vinha (1999, p.23):

Autoritário é o que o adulto faz pela criança que ela pode fazer por si mesma. Autoritário é quando o professor está ensinando ou instruindo algo que a criança pode descobrir ou reinventar a partir de situações que ele vai colocando, para que ela reinvente, para que ela descubra. Autoritário, é aquele professor que coloca as normas, que diz o que é melhor para a criança. É o professor que não permite que as crianças interajam que elas troquem ideias. Autoritário é o professor que entrega o trabalho na mão, recolhe o trabalho, resolve os problemas, entrega o material, diz o horário de começar, de ir ao banheiro etc.

Possivelmente por acreditarem, que ao atuar com crianças pequenas (2 a 3 anos) exista a necessidade de dizer às crianças o que fazer ou como fazer diante um impasse. Auxiliar as crianças é necessário e até inevitável nos primeiros anos do desenvolvimento moral infantil, mas isso não significa que a professora deva sempre resolver a situação.

Talvez as professoras busquem resolver as situações conforme elas mesmas foram ensinadas a fazer, assim baseiam-se no senso comum, visto que os cursos de formação raramente proporcionam a reflexão sobre questões sociais e éticas, de forma a preparar o futuro profissional, para, com segurança e tranquilidade, intervir em situações de divergências e disputas e resolvê-las (BARRIOS et al, 2011; VINHA, 2015; VINHA & TOGNETTA, 2009).

Considerações Finais

Conforme apresentado no decorrer do projeto, conflito pode ser definido como “toda opinião divergente ou maneira diferente de ver ou interpretar algum acontecimento” (CHRISPINO, 2007, p. 15). Confirmando isso temos que, a maior causa para os conflitos na educação infantil, entre crianças de dois a três anos, é gerada por disputas de objetos, materiais, brinquedos, visto que as crianças ainda se encontram na fase do autocentrismo se adaptando ao desenvolvimento social, o que antes estava sempre à disposição agora torna-se comunitário.

Mediar os conflitos é um desafio para os educadores, é um processo trabalhoso que envolve diálogo, respeito, solidariedade, igualdade, ressaltando que os conflitos sempre existiram e existirão fazendo parte das relações humanas. Apesar de ocorrerem com

frequência, foi possível notar que a insegurança sobre como lidar com eles é corriqueiro diante as situações, o que acaba gerando a tentativa de resolvê-los o mais rápido possível ou evitá-los de todo modo.

É preciso ter em mente que nem sempre o professor será responsável pelas resoluções. Em algumas situações as crianças poderão resolver o problema sozinhas, o professor pode vir a guiar o caminho criando estratégias e abrindo possibilidades para isso, mas que permita à criança ter a oportunidade de uma participação ativa, que possa discutir seus atos, tomar decisões e assumir gradativamente pequenas responsabilidades.

As professoras da educação infantil contribuem valorosamente para o desenvolvimento da autonomia das crianças. Dessa forma, é expressamente necessário que o sistema educativo oportunize a participação dessas profissionais em aperfeiçoamentos como cursos, congressos e fóruns, a fim de buscar conhecimento e acompanhamento dos avanços para a melhoria da prática educativa, com base nas pesquisas realizadas. Reforça-se também a necessidade de pesquisar mais a fundo o cotidiano da escola a fim de identificar as questões que necessitam ser transformadas à luz das teorias recentes e clássicas. Reforça-se igualmente, a necessidade de inclusão nas matrizes curriculares dos cursos de formação inicial de disciplinas que tratem essas questões, que parecem subjetivas, mas que afetam profundamente o cotidiano das escolas e seus agentes.

Referências

BARRIOS, A., MARINHO-ARAUJO, C. M., & BRANCO, A. U. (2011). **Formação continuada do professor: Desenvolvendo competências para a promoção do desenvolvimento moral.** Revista Semestral da Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional, 15(1),91-99.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues (Org.). **Pesquisa participante.** São Paulo: Brasiliense, 2001.

----- Conselho Nacional do Ministério Público. **Diálogos e mediação de conflitos nas escolas:** Guia Prático para Educadores. 2014

----- LEI nº 8.069, de 13 de julho de 1990. **Estatuto da criança e do adolescente.**

----- LEI nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Lei de diretrizes e bases da educação nacional.**

----- **Referencial curricular nacional para a educação infantil:** Vol. 2 - Formação pessoal e social. Ministério da Educação e do Desporto, Secretaria de Educação Fundamental. — Brasília: MEC/SEF, 1998.

CECCON, Cláudia...[et al.]. **Conflitos na escola:** modos de transformar: dicas para refletir e exemplos de como lidar. São Paulo: CECIP: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2009.

CHRISPINO, A.; CHRISPINO, R. S. P. **Políticas educacionais de redução da violência:** mediação do conflito escolar. São Paulo: Editora Biruta, 2002.

CHRISPINO, Alvaro; SANTOS, Tais Conceição dos. Política de ensino para a prevenção da violência: Técnicas de ensino que podem contribuir para a diminuição da violência escolar. **Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação**, [S.l.], v. 19, n. 70, p. 57-80, jan. 2011. ISSN 1809-4465. Disponível em: <<https://revistas.cesgranrio.org.br/index.php/ensaio/article/view/470>>. Acesso em: 23 de maio de 2019.

LIMA, Vitória-Régia Rodrigues. **Mediação de conflitos no ambiente escolar:** uma questão para a gestão escolar. 2010. Disponível em:< https://repositorio.ufsm.br/bitstream/handle/1/379/Lima_Vitoria-Regia_Rodrigues.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 23

de maio de 2019.

LUKJANENKO, M. F. S. P. **Um estudo sobre a relação entre o julgamento moral do professor e o ambiente escolar por ele proporcionado**. 1995. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 1995.

MARCONI, M., LAKATOS, E. M.; **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. - São Paulo : Atlas 2003.

MENEZES, Ebenezer Takuno de; SANTOS, Thais Helena dos. **Verbetes professor mediador**. Dicionário Interativo da Educação Brasileira - Educabrazil. São Paulo: Midiamix, 2001. Disponível em: <<https://www.educabrazil.com.br/professor-mediador/>>. Acesso em: 09 de set. 2020.

MONTINO, Mariany Almeida. **Natureza e frequência de conflitos nos contextos escolares**. Revista Humanidades e Inovação v.5, n. 4 – 2018.

Müller, A., & Alencar, H. M. de. (2012). **Educação moral: o aprender e o ensinar sobre justiça na escola**. Educação E Pesquisa, 38(2), 453-468. <https://doi.org/10.1590/S1517-97022012000200012>

PIAGET, J. **A equilibração das estruturas cognitivas: o problema central do desenvolvimento**. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.

OLIVEIRA, Zilma de Moraes Ramos de. **Educação infantil: fundamentos e métodos**. 7ª ed. São Paulo: Cortez, 2011.

ONU. **Declaração universal dos direitos humanos**, 1948.

VINHA, Telma Pileggi. **O educador e a moralidade infantil: uma visão construtivista**. Campinas, SP: Mercado das Letras, 2000.

VINHA, Telma Pileggi. **O educador e a moralidade infantil numa perspectiva construtivista**. Revista do Cogeime, São Paulo, n. 14, p.15-37, jun. 1999. Disponível em: < <https://www.metodista.br/revistas/revistas-cogeime/index.php/COGEIME/article/view/506/459>> Acesso em: 08 de ago. 2020

VINHA, Telma Pileggi; TOGNETTA, Luciene Regina Paulino. **Construindo a autonomia moral na escola: os conflitos interpessoais e a aprendizagem dos valores**. Revista Diálogo Educacional, [S.l.], v. 9, n. 28, p. 525-540, jul. 2009. ISSN 1981-416X. Disponível em: <<https://periodicos.pucpr.br/index.php/dialogoeducacional/article/view/3316>>. Acesso em: 05 de jul. 2020.

VINHA, Telma Pileggi. **No choro da criança uma oportunidade de aprendizado**. 2015. Disponível em:< <https://novaescola.org.br/conteudo/8420/no-choro-da-crianca-uma-oportunidade-de-aprendizado> > Acesso em: 05 de jul. 2020

VYGOTSKY, LS. **Pensamento e linguagem**. São Paulo: Martins Fontes;1987.

Recebido em 10 de novembro de 2020.
Aceito em 18 de novembro de 2020.